GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA

Selma Mendonça Bezerra (UERN)
selmambg@hotmail.com

Arlene Maria Soares de Medeiros (UERN)
arilenemaria.medeiros@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo é recorte de uma pesquisa de mestrado acadêmico realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação. No momento em que realizávamos este estudo sobre a atuação dos Conselhos Escolares, o mundo se debruçava diante da pandemia da Covid-19¹, que resultou no fechamento das escolas por tempo indeterminado, exigindo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o desenvolvimento das atividades escolares. Nesse cenário, surge o seguinte questionamento: como os Conselhos Escolares de instituições públicas municipais de Mossoró-RN atuaram para possibilitar o princípio da gestão democrática no contexto da pandemia? O objetivo geral consiste em analisar a atuação dos Conselhos Escolares na perspectiva da gestão democrática no contexto da pandemia. A realização desta pesquisa demonstra estreita vinculação entre formação e prática, sobretudo, tendo como recorte temporal o período mais crítico da pandemia da Covid-19 (2020-2022). Nesse período, presenciamos o desgoverno de um presidente² que disseminou a descrença na ciência e na pesquisa. Além disso, vivenciamos a falta de assistência educacional para os estudantes, as famílias e os professores.

A pesquisa é de abordagem qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994) e inclui o constructo metodológico da revisão de literatura, da análise documental e do grupo focal (Gatti, 2005), com dados construídos a partir do diálogo com os sujeitos pesquisados, do questionário *on-line* e das anotações no diário de campo. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo de Bardin (1977).

¹ O vírus, cientificamente denominado de SARS-CoV-2, teve sua gênese em Wuhan, centro sul, na China, final do ano 2019. Vários casos de uma síndrome viral aguda começaram a se espalhar, havendo em seguida milhares de óbitos (Santos, 2021). Então, foi logo reconhecida como uma nova doença, que rapidamente se espalhou pelo mundo. Em consequência disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu oficialmente como pandemia em março de 2020.

² Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL).

Para esta apresentação no XXXI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (ANPAE), optou-se por destacar o Conselho Escolar a partir da pesquisa realizada, na qual se discute a base legal para implementação e fortalecimento do Conselho Escolar, conforme preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/1996 e a Lei 13.005/2014, atual Plano Nacional de Educação (PNE), enfatizando os aspectos postos nesses dois pontos elencados, haja vista sua relevância diante do contexto de estudos e discussões na conjuntura atual. O ano de 2024 marca as discussões em torno do novo Plano Nacional de Educação, com suas metas e estratégias, culminando com a Conferência Nacional de Educação (CONAE) - 2024.

DESENVOLVIMENTO

Um importante princípio elencado tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na LDB 9394/1996 é o da gestão democrática, o qual visa uma educação inclusiva e de qualidade. Com isso, torna-se possível formar pessoas críticas e participativas, cabendo aos sistemas criarem normas para assegurar o princípio democrático da educação.

O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe sobre a autonomia das entidades públicas de ensino para organizar a educação com a participação dos educadores e da comunidade escolar. Mediante as discussões teóricas e empíricas desenvolvidas durante a pesquisa, percebemos a relevância da atuação dos Conselhos Escolares, mesmo enfrentando dificuldades, as quais precisavam superar diariamente em decorrência do contexto de crise sanitária.

Conforme foi relatado, no início da pandemia, quando as aulas tiveram que acontecer remotamente, todos os professores, pais e alunos precisaram se adaptar às plataformas digitais. A dificuldade de acesso foi enorme, tanto pela falta de aparelhos com condições de uso dos recursos tecnológicos como pela falta de conhecimento, por ser uma situação sem precedentes. O Conselho Escolar, como articulador nas escolas, foi capaz de intermediar democraticamente melhorias na organização escolar, contribuindo, sobretudo, para a alfabetização dos alunos, como prevê a nona meta do PNE 2014-2024.

Foi possível perceber que, mesmo passado o período remoto e “superada” a dificuldade de aprender a usar as plataformas digitais, as pessoas ainda preferem realizar encontros do Conselho Escolar no formato virtual. As reuniões virtuais têm se constituído na possibilidade encontrada pelos presidentes para assegurar o *quórum* mínimo exigido para realização das reuniões.

Paro (2016, p. 17) reitera o quão potencializador o Conselho Escolar deve ser na instituição, tornando-se o “embrião na escola”. O Conselho Escolar é um mecanismo de gestão democrática fundamental e necessário, conforme estabelece a LDB n. 9394/1996. Os sujeitos da pesquisa relataram que as reuniões virtuais durante a pandemia possibilitaram a presença dos participantes do Conselho Escolar, dado que a interação entre os conselheiros ficou bastante reduzida, ou seja, as discussões ficaram prejudicadas nesse formato virtual.

A efetivação da gestão democrática nas escolas públicas requer ações enérgicas, inclusive, para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Como destacam Dourado e Oliveira (2009), urge a prioridade de políticas de investimento nas escolas, com destaque para a gestão democrática (meta 19), para a formação inicial e continuada de professores e professoras (meta 13), bem como para o aumento dos recursos destinados ao funcionamento das escolas, visando melhoria e qualidade da educação básica, de acordo com a sétima meta do PNE em vigência.

Incluir todos/as durante a pandemia foi uma tarefa árdua, conforme indica nossa pesquisa, na medida em que as condições sociais e econômicas das famílias não eram suficientes para o ensino remoto ou para a participação no Conselho Escolar. Paro (2016) defende que as condições de participação na escola pública devem ser pautas no conjunto das políticas educacionais que envolvem a gestão democrática. Ainda há muito o que fazer no sentido de participação efetiva da comunidade escolar na escola pública.

CONCLUSÃO

Houve uma desarticulação entre os governos para mitigar os problemas decorrentes do período mais crítico da pandemia (2020-2022), ficando cada vez mais notórias as desigualdades econômicas, políticas e educacionais. Nesse sentido, a pesquisa sobre a atuação dos Conselhos Escolares durante a pandemia possui cunho social e educacional relevante, posto que traz resultados acerca de um contexto crítico e desafiador.

Por fim, é inegável o quanto esta pesquisa agrega ao estudo de políticas educacionais, especialmente no que tange ao princípio da gestão democrática do ensino público, o que reforça a necessidade de avançarmos nesse debate que intercrusa interesses da sociedade civil, dos docentes e demais profissionais da educação e da comunidade escolar. A gestão democrática enfrenta inúmeras dificuldades, conforme pudemos observar no decorrer da pesquisa. Ela não está dada, embora presente na lei. É uma construção cotidiana com a participação de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução de Maria João Alvares, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Revisão de Antônio Branco Vasco. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 2. ed. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, p. 232.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 mar. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 10).

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. Apresentação de Naomar de Almeida Filho. São Paulo: Boitempo, 2021.